

Demonstrações Financeiras

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	13
5. CLIENTES.....	14
6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	14
7. TRIBUTOS	17
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
9. RECEITA	19
10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	20
11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	20
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	22
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	23
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL	29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$486 mil, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$3.254mil em 2022, em comparação ao resultado de R\$132.166 mil em 2021, representando uma redução de 97,54%

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$1.641 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$4.895 mil antes dos efeitos fiscais, representando 33,52% do lucro antes da tributação. Comparativamente, em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$17.861 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$150.027 mil antes dos efeitos fiscais, representando 11,91% do lucro antes da tributação

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$3.796 mil (R\$148.641 mil em 2021) e a Margem do LAJIDA foi de 96,30% no mesmo período (99,85% no exercício de 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado Líquido	3.254	132.166	(97,54)
Amortização	7	6	-
Despesa de IR e CS	641	17.861	(90,81)
Resultado Financeiro	(1.106)	(1.392)	(20,55)
LAJIDA	3.796	148.641	(93,96)

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023, que, ao Resultado do exercício de 2022, no montante de R\$3.254 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.627 mil de dividendos estatutários; e
- R\$1.627 mil para aumento de capital social.

Aumento de capital - Proposta da Administração

A Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de utilização de parte das reservas de lucros para aumento do capital social, no montante de R\$1.627 mil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estende, também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixas	3	1.780	426
Títulos e Valores mobiliários	4	9.562	5.926
Clientes	5	389	335
Tributos compensáveis		12	22
TOTAL DO CIRCULANTE		11.743	6.709
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	36	1.219
Direito de Uso	6	161	154
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		197	1.373
ATIVO TOTAL		11.940	8.082

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores		37	36
Impostos, Taxas e Contribuições		42	3
Imposto de Renda e Contribuição Social	7a	681	29
Dividendos a pagar	8	1.627	-
Convênio de compartilhamento	13	-	18
Passivo de Arrendamento	6	22	20
TOTAL DO CIRCULANTE		2.409	106
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	-	83
Passivo de Arrendamento	6	154	143
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		154	226
TOTAL DO PASSIVO		2.563	322
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	8	486	486
Reserva de Lucros		8.891	7.264
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.377	7.750
PASSIVO TOTAL		11.940	8.082

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	9	3.942	148.869
CUSTOS OPERACIONAIS	10		
Custos de operação		(64)	(95)
LUCRO BRUTO		3.878	148.774
DESPESA OPERACIONAL	10		
Despesas Gerais e Administrativas		(79)	(117)
Outras despesas		(10)	(22)
		(89)	(139)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		3.789	148.635
Receita Financeira	11	1.139	1.511
Despesa Financeira	11	(33)	(119)
		1.106	1.392
Resultado Antes dos Impostos		4.895	150.027
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	12	(1.723)	(17.951)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	82	90
RESULTADO DO EXERCÍCIO		3.254	132.166

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.254	132.166
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>3.254</u>	<u>132.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	486	98	28.127	-	28.711
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R\$57,87 por ação)	-	-	(28.127)	-	(28.127)
Dividendos intermediários (R\$257,20 por ação)				(125.000)	(125.000)
Destinação do lucro proposta à AGO					
Resultado do Exercício	-	-	-	132.166	132.166
Dividendos Adicionais (R\$14,71 por ação)	-	-	7.166	(7.166)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	486	98	7.166	-	7.750
Destinação do lucro proposta à AGO	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	3.254	3.254
Dividendos Estatutários (R\$6,70 por ação)	-	-	-	(1.627)	(1.627)
Retenção de lucro para aumento de capital	-	-	1.627	(1.627)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	486	98	8.793	-	9.377

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	3.254	132.166
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(82)	(90)
Juros Passivo de Arrendamento	21	19
Amortização	7	6
	<u>3.200</u>	<u>132.101</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes	(54)	5.400
Tributos Compensáveis	10	(10)
	<u>(44)</u>	<u>5.390</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	-	(9)
Impostos, Taxas e Contribuições	39	(301)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.486	15.182
Salários e contribuições	-	-
Convênio de compartilhamento	(17)	-
Outros	-	-
	<u>1.508</u>	<u>14.872</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	4.664	152.363
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(834)	(16.811)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(3.830)</u>	<u>135.552</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	(2.453)	30.381
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(2.453)</u>	<u>30.381</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	-	(181.255)
Arrendamentos pagos	(23)	(20)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(23)</u>	<u>(181.275)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>1.354</u>	<u>(15.342)</u>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	426	15.768
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>1.780</u>	<u>426</u>
	<u>1.354</u>	<u>(15.342)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Classificação: Direcionado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”), sociedade anônima de capital fechado, anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, foi constituída em 25 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte - MG.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

- Prospectar junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica;
- Prospectar junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes;
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- Desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado; e,
- Representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 3 de maio de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a

estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (contas a receber não faturado);
- Nota 9 – Receita (Não faturada);

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos Conta Movimento	52	41
Certificado de Depósitos Bancários	116	104
Overnight	1.612	281
	1.780	426

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 99% em 31 de dezembro de 2022 (99% em 2021), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas

ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (que variou entre 8,87% e 9,14% em 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	1.050	347
Letras Financeiras - Bancos	6.253	4.894
Letras Financeiras do Tesouro	2.204	616
Debêntures	55	69
	9.562	5.926
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	-	1.202
Debêntures	36	17
	36	1.219
	9.597	7.145

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 107,24% em 31 de dezembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxas de remuneração que variaram entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da

Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2022 (entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2021).

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

5. CLIENTES

	Saldos a vencer	Total	
	Não Faturado	2022	2021
Clientes	389	389	335
Total	389	389	335

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa pelo fato de a Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2022, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145	145
Adição		
Remensuração	(6)	(6)
Amortização	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2021	154	154
Amortização	(7)	(7)
Remensuração	14	14
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161	161

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	149
Adição	
Juros incorridos	19
Arrendamentos pagos	(19)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	15
Saldos em 31 de dezembro de 2021	163
Juros incorridos	24
Arrendamentos pagos	(22)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3)
Remensuração	14
Saldos em 31 de dezembro de 2022	176
Passivo circulante	22
Passivo não circulante	154

A análise de vencimento do passivo de arrendamento está demonstrada na nota explicativa nº 14.

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de

arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

7. TRIBUTOS

a) Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Circulante		
Contribuição Social	248	29
Imposto de Renda	433	-
Total	681	29

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Não Circulante		
Contribuição Social diferido	-	22
Imposto de Renda diferido	-	61
Total	-	83

Mais informações vide nota explicativa nº 12.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$486, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva Legal	98	98
Retenção de lucros	7.166	7.166
Retenção de lucro para aumento de capital	1.627	-
	8.891	7.264

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2022	2021
Resultado do Exercício	3.254	132.166
Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios	1.627	66.083
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários pagos	-	125.000
Dividendos Obrigatórios	1.627	-
Dividendos Adicionais referentes ao exercício	-	7.166
Retenção de lucro para aumento de capital	1.627	-
Total dos dividendos propostos	3.252	132.166

Destinação do Resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023, que, ao Resultado do exercício de 2022, no montante de R\$3.254, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.627 de dividendos estatutários; e
- R\$1.627 para aumento de capital social.

Aumento de capital - Proposta da Administração

A Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de utilização de parte das reservas de lucros para aumento do capital social, no montante de R\$1.627.

9. RECEITA

	2022	2021
Prestação de Serviço (*)	4.487	165.056
Prestação de Serviços Não Faturados	-	(5.400)
Deduções à Receita Operacional (a)	(545)	(10.787)
Receita Operacional Líquida	3.942	148.869

(*) Em 2021, houve um aumento da receita de prestação de serviços de intermediação de compra e venda de energia, devido a um acordo de terminação de contrato que gerou o recebimento antecipado de R\$153.970 em 2021 referente ao período de junho/2021 a dezembro/2027, com a aplicação da taxa de desconto de 5,00% ao ano sobre o fluxo financeiro que originalmente seria recebido.

a) Deduções à Receita Operacional

	2022	2021
COFINS	(341)	(4.793)
PIS-PASEP	(74)	(1.039)
ISSQN	(130)	(4.955)
Total	(545)	(10.787)

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos de operação

	2022	2021
Pessoal	64	95
Total	64	95

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	79	117
Outras despesas operacionais, líquidas	10	22
Outras despesas operacionais, outros	10	22
	89	139

Custo total	64	95
Despesa operacional	89	139
TOTAL	153	234

11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.194	1.511
Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras	(56)	-
Total das Receitas Financeiras	1.139	1.511
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(21)	(19)
Outras despesas financeiras	(13)	(100)
Total das Despesas Financeiras	(33)	(119)
Resultado Financeiro	1.106	1.392

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente juros passivos de arrendamento. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	4.895	4.895
Alíquota	15%	9%
IR e CS	734	441
Adicional 10% valor superior a R\$240	466	-
IR e CS	1.200	441
Rendas Aplicadas não resgatadas (realização)	(241)	(241)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	60	22
Total	1.260	464
Corrente	1.260	463
Diferido	(60)	(22)

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Serviços prestados	159.656	159.656
Percentual de Presunção	32%	32%
	51.090	51.090
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.777	1.777
Base de Cálculo - Lucro Presumido	52.867	52.867
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	7.930	4.758
Adicional 10% valor superior a R\$240	5.263	-
IR e CS - Lucro Presumido	13.193	4.758
Rendas Aplicadas não resgatadas (realização)	(265)	(265)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	(66)	(24)
Corrente	13.193	4.758
Diferido	(66)	(24)

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime

presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2021
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)		-		18		-	(39)	(55)
Dividendos		-		-		-		-
FIC Pampulha								
Circulante								
Equivalentes de Caixa	1.612	281		-		-		-
Títulos e valores mobiliários	9.562	5.926		-	1.276	239		-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	36	1.219		-		-		-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,53% em 31 de dezembro de 2022 (0,33% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	35	50
Participação nos resultados	7	7
Total	42	57

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Cientes		389	389	335	335
Títulos e Valores Mobiliários		1.374	1.374	3.750	3.750
		1.763	1.763	4.085	4.085
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.728	1.728	385	385
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	1.049	1.049	347	347
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	4.971	4.971	2.432	2.432
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.204	2.204	616	616
		9.952	9.952	3.780	3.780
		11.715	11.715	7.865	7.865
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(37)	(37)	(36)	(36)
Passivo de Arrendamento		(176)	(176)	(163)	(163)
		(213)	(213)	(199)	(199)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento (*)	2	4	13	78	389	486
Fornecedores	37	-	-	-	-	36
TOTAL	39	4	13	78	389	522

Valores expressos em

* * * * *

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
CRC-SP1 242451/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório

da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

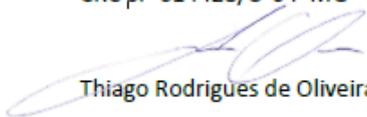
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de Maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2023.

Frederico Amaral e Silva

Paulo Roberto de Brito Mosqueira